

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: João Pessoa/PB

Data: 24/04/2025

Local da realização da atividade: Centro Cultural São Francisco

Relator (es): Laís Helena de Queiroz, Alexandre Cavalcanti e Carolina Di Lello

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para: snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Descentralização de ações do estado para outros municípios além das capitais	Espalhar sedes dos órgãos de preservação em outros municípios
Falta de transparência nos processos administrativos do poder público	ICMS cultural para todo o estado
O patrimônio de cidades pequenas é desconhecido do resto do estado	Criação de rede brasileira de órgãos de patrimônio para compartilhar boas experiências (Rede de institutos da paraíba)
Falta de diálogo entre órgãos de patrimônio	Articular resoluções de processos entre órgãos
	Incluir prefeituras nas redes de órgãos de patrimônio
Falta de busca ativa do poder público por reconhecimento de bens	Criação de conselhos deliberativos para aprovação de projetos
Falta de canal do poder público para receber demandas da sociedade civil	Potencializar e fortalecer os fóruns que já existem no estado com capacidade de diálogos com as várias instâncias e políticas intersetoriais
Falta de organização de detentores que impede o acesso aos espaços de visibilidade e políticas de incentivo	Estruturar melhor a forma de organização dos comitês de salvaguarda
	Estabelecimento de canais de comunicação da sociedade com o poder público
	Criar espaços de diálogo (audiências públicas) entre poder público e sociedade civil
	organização de núcleos e detentores para dar mais visibilidade aos bens culturais com incentivo do poder público

	Criação de redes para mapear práticas culturais tradicionais
Sub representação de grupos de cultura popular nos fóruns/conselhos.	Garantir a representatividade da diversidade de culturas populares nas instâncias de participação
Falta de incentivo para que a sociedade civil realize mapeamento de forma continuada	Mapeamento por meio de relatórios de condicionantes de execução de políticas públicas para descentralização de verbas do ICMS cultural
Dimensão territorial é fator complicador para realizar cobertura total do mapeamento.	Articulação entre estados para implementar meios de monitoramento das ações de patrimônio dos municípios
Atuação sem a participação local	Definir uma estrutura para coleta de dados
Falta de celeridade na atuação de fiscalização	Inclusão da população local nas ações de mapeamento.
Descontinuidade de do mapeamento	ação contínua de mapeamento de bens culturais e detentores
Tecnologia que não permite a interoperabilidade dos mapeamentos	inventário participativo realizados pela sociedade civil
	Mapeamento orgânico
	realizar mapeamento dentro de uma política nacional de monitoramento
	Criação de indicadores precisos que apontem a vulnerabilidade dos bens culturais, para avaliar ameaças aos bens culturais e detentores
articulação intersetorial	Parceria entre os órgãos com atuação intersetorial conjunta.
	Planejamento conjunto de ações intersetoriais
	articular setores de modo a atender o ciclo completo de gestão compartilhada
	Construção de mecanismos para identificar projetos e fazedores de

	cultura e potenciais fontes de financiamento.
	Mobilizar investimentos e identificar ações potenciais e áreas para investimentos
Ausência de órgão de preservação no diálogo entre investidores e poder público	Diálogo da iniciativa privada com setores do poder público, incluindo órgão de patrimônio
Ausência do patrimônio nos espaços de planejamento de projetos de desenvolvimento econômico e social	Comunicação e segurança jurídica para atrair investimentos para o patrimônio
Falta de experiência técnica dos profissionais em órgãos de patrimônio	Parceria com universidades para formação especializada. (cooperação técnica)
discussão de patrimônio está fora do currículo escolar de forma perenes	Formação na educação básica
Formato de editais precariza o acesso às políticas de patrimônio cultural	Parceria com sistema S
Política de edital impede o planejamento de políticas de longo prazo.	Aproximação dos conselhos com órgão de patrimônio
Política de editais gera concorrência entre setores da cultura	Órgãos de patrimônio como formadores
Falta direcionamento e política pública estruturada	Escuta prévia para elaboração de editais
Dificuldade da sociedade pensar política de educação patrimonial para além da educação formal	Busca ativa para garantir o acesso efetivo aos editais, com divulgação ampla e universal
	Desburocratização
	Formação para acesso às políticas
	Política de patrimônio deve ser permanente

Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
Falta de participação no processo de elaboração de edital	Reconhecimento de mestres e pessoas que são referências no território.
Falta de transparência sobre destinação de recurso	Valorização da produção local
Ausência de valorização das referências culturais locais	Fomento de políticas de Educação patrimonial
Estado cria barreiras para execução das políticas de patrimônio	Articulação para que o patrimônio seja incluído no currículo escolar
Desigualdade de representação nas narrativas de reconhecimento do patrimônio	Reconhecer a potência da produção cultural de grupos invisibilizados
Hierarquização de conhecimentos que desvaloriza saberes tradicionais	Linhas específicas de patrimônio nas políticas de fomento
Ausência de material didático com diversidade de patrimônio cultural	Esforço de reparação histórica por meio de revisão de narrativas dos processos de patrimonialização
	Inclusão de detentores, grupos da comunidade para ministrar disciplinas de educação patrimonial
	Inclusão de prática cultural local como material didático
	CNBB incluir disciplina de patrimônio cultural nos seminários.
	Estabelecer diálogo com secretaria de educação para incluir mestres e detentores locais nas atividades das escolas no território Política de fomento para fomentar quem está fazendo na periferia, nas comunidades.
	Valorizar a transmissão dos saberes dentro das comunidades (“voltar pra casa”)

	Políticas de patrimônio que valorize as pessoas e não as instituições
	Valorizar as vivências com patrimônio
Existe uma disparidade social entre os atores que discutem patrimônio imaterial e patrimônio material	Mecanismo de incentivo de boas práticas de educação patrimonial
Não reduzir a salvaguarda do patrimônio imaterial à questão econômica	Levantamento realizados no âmbito do licenciamento ambiental deve contribuir para a sistematização de informações sobre patrimônio e detentores
	Compartilhamento de dados de patrimônio entre órgãos de cultura e ações de sistematização de informações
	Produção de dados de forma colaborativa entre os entes e sociedade civil
	Política de estímulo à produção de dados de patrimônio
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Ausência de grupos locais nos calendários oficiais	Garantir espaços para realização de práticas culturais
Falta de mediação que garanta a acessibilidade dos editais	Garantia de recurso para fomentar mestres e detentores
	Criar política para os municípios identificar, monitorar preservar e salvaguardar o patrimônio
	Fomento às feiras, espaços de garantia de produção e circulação das produções culturais locais
	Fomentar ações de grupos em seus respectivos territórios e comunidades. Criação de circuitos, museus orgânicos
	Vivência na comunidade e no território como educação patrimonial

	Os espaços de produção de bens cultural são espaços educativos
	Estabelecer uma política de fomento aos ciclos festivos de forma planejada e continuada
	Busca ativa do poder público de detentores e fazedores de cultura popular para incluir em políticas de fomento para participar dos calendários oficiais
	Assessorar a sociedade civil para garantir a acessibilidade aos editais. Facilitador/mediador para efetivar a acessibilidade aos editais
	Estabelecer um piso de cachê
	Criação de oficina-escola para formação de mão de obra para restauração e acolhendo mestres para transmissão de saberes tradicionais
	Estimular e fomentar apresentações dos grupos populares em seus territórios, em periferias
	Ter um espaço de guarda, curadoria, exposição e educativo de material produzido para as festas e celebrações
	Articulação com legislativo para valorização de grupos locais em eventos de grande porte.
	Processos de formação de agentes culturais como mediadores para acesso às políticas de fomento
	Fortalecimento de processos de mediações autônomas
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
Falta de estudos sobre o risco e impacto das mudanças climáticas nos bens cultural	garantia de participação e protagonismo das comunidades nos espaços de debate e deliberação sobre a preservação do patrimônio de seus territórios

	Valorizar os saberes das comunidades tradicionais sobre a natureza e sua relação com emergências climáticas
	Fomento à pesquisa para construção de indicadores de vulnerabilidade dos bens culturais para construção de políticas de adaptação
	Protocolo
	Mapeamento colaborativo, intersetorial, participativo.
	Reconhecer os saberes tradicionais
	A preservação e manejo dos recursos naturais como ação de salvaguarda para garantir a continuidade de práticas culturais (cabaças)
	Ordenamento territorial deve incorporar o conceito de adaptação climática, que considere os impactos ambientais que impactam o patrimônio cultural
	Criar mecanismos de avaliação de impactos sinérgicos e cumulativos dos empreendimentos